

AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
À PRESIDENTE DA CPL, SRA. CAMILA FONSECA DA SILVA

Processo Licitatório nº.:	072/2022
Tomada de Preços nº.:	008/2022

CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.295.031/0001-33, com sede à Av. Nicomedes Alves Santos, 1133, Sala 01, Bairro Altamira, Uberlândia – MG (Doc. 01) vem, por meio de sua representante legal, apresentar, tempestivamente,

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela licitante JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS no âmbito processo licitatório em epígrafe, pelas razões fáticas e jurídicas adiantes consignadas.

I. SÍNTESE DOS FATOS

1. O Processo Licitatório nº. 072/2022, Tomada de Preços nº. 008/2022, tem por objeto a contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA** de acordo com as demandas da Secretaria Municipal Fazenda, incluindo acompanhamento, apuração e impugnação do VAF com a promoção de medidas visando a elevação do índice de participação do Município de Presidente Olegário nas receitas do Estado.

2. Dessa forma, em 20.06.2022 foi realizada sessão pública referente a este processo licitatório, na qual a licitante **JACQUELINE DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS foi inabilitada**, uma vez que não apresentou comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) bem como apenas apresentou a confirmação de autenticidade de suposta comprovação de regularidade para com a

Fazenda Municipal, deixando de apresentar a certidão de regularidade fiscal na forma exigida pelo Edital.

3. Sobre a ausência de documento comprobatório de inscrição no CNPJ no envelope de habilitação, a Recorrente sustenta que já o havia apresentado quando do Registro Cadastral e também no credenciamento, o que apenas reafirma a situação de que na fase de habilitação jurídica, o documento exigido pelo Edital não foi apresentado.

4. A Recorrente, contrariando a exigência licitatória, alega que a Comissão poderia ter avaliado o documento apresentado anteriormente e, em sede de diligência prevista no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93¹ poderia também ter consultado o cartão CNPJ pela internet, tratando-se de vício sanável.

5. Além disso, quanto a exigência de apresentação de certidão de regularidade fiscal, a Recorrente apresentou apenas e tão somente uma Confirmação de Autenticidade para suposta comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, sendo este o segundo motivo para sua inabilitação.

6. Neste ponto, a Recorrente sustenta que bastava confirmar a regularidade em questão por meio de consulta ao site da Prefeitura de Belo Horizonte. Na oportunidade, esclarece que com a consulta é emitido o documento auxiliar de quitação plena da pessoa jurídica e, após, é necessário confirmar a autenticidade da certidão.

7. A Recorrente então conclui que, *“mais uma vez, bastava que a Comissão de Licitação usufruísse da sua prerrogativa e realizasse diligência para confirmar que a Recorrente atendeu aos requisitos de habilitação”*.

8. Ou seja, em total descumprimento as exigências do Edital, **a Recorrente tenta imputar à Comissão a responsabilidade de levantar e obter as informações, documentos e certidões que ela própria deveria ter apresentado para sua habilitação jurídica.**

9. Não bastasse, é importante ressaltar que além dos descumprimentos às exigências do Edital que ensejaram a inabilitação da Recorrente, de todo modo ela **não**

¹ Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...) § 3º É **facultada** à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

poderia ser habilitada no presente processo licitatório por não se tratar de EMPRESA especializada em consultoria fiscal, mas sim de uma Sociedade de Advogados que não pode sequer possuir caráter empresarial ou exercer atividade fiscal incompatível com serviços de advocacia, por força do art. 16 Estatuto da OAB.

10. Sintetizados os fatos, as alegações realizadas pela Recorrente não merecem prosperar, pelas razões que passa a expor.

II. AUSÊNCIA DE CARTÃO/COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ E CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL MUNICIPAL. REQUISITO DE HABILITAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO EM OBTER DOCUMENTOS E CERTIDÕES PARA SUPRIR DOCUMENTAÇÃO FALTANTE DE LICITANTE.

11. O Edital do Processo Licitatório em referência prevê como condição de habilitação a apresentação, em envelope próprio, conforme legislação aplicável, de determinados documentos:

ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- a) O envelope 1 deverá ser apresentado pelas proponente, devendo ser entregue em envelope providenciado pela licitante, lacrado, com a denominação social da licitante conforme previsto no Edital.
- b) Os documentos de Habilitação deverão estar acondicionados no **envelope 1**, que deverá ser apresentado fechado, rubricado no fecho e deverá conter os seguintes dizeres em sua face externa:

**ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 072/2022
TOMADA DE PREÇOS 008/2022
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO**

- c) Serão consideradas habilitadas as licitantes que apresentarem os documentos relacionados nos subitens abaixo, desde que atendidos os requisitos das **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

12. Neste sentido, era uma exigência editalícia que as licitantes apresentassem, **no envelope de habilitação**, dentre outros documentos: (i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e (ii) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

13. Ressalta-se que **não há qualquer previsão legal ou editalícia que permita a ausência de apresentação de documentos em razão de já os ter apresentado quando da obtenção do CRC ou do credenciamento. Destaca-se: fase de credenciamento é absolutamente distinta da fase da habilitação e uma não supre a outra!**

14. Isto porque se tratam de fases distintas do processo licitatório, sendo imprescindível que os documentos constantes do envelope de habilitação se encontrem íntegros, completos e suficientes, para garantir o cumprimento dos requisitos, sob pena de inabilitação, tal qual ocorreu no presente certame.

15. Como se sabe, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado pelo art. 3º, caput, da Lei 8.666/93², estabelece que **os licitantes possuem a obrigação de cumprir na íntegra o que exige o edital, com a finalidade de garantir objetividade ao certame e isonomia entre os interessados.**

16. Dessa forma, é **temerária a alegação de que a Administração Pública deveria proceder com levantamento e obtenção de informações, documentos e certidões da licitante em portais da internet em razão de deficiência documental por parte da Recorrente**, a qual deveria ter sido suficientemente cautelosa e diligente com os documentos enviados.

17. De acordo com o entendimento da Recorrente, como diversos documentos exigidos pelo Edital estão disponíveis em portais eletrônicos na internet, bastaria que fossem levantados pela Administração e as exigências do Edital poderiam ser ignoradas pelas licitantes?! NADA MAIS ABSURDO!

18. No caso em análise, **é clarividente que se tratam de documentos que deveriam constar originariamente do envelope em questão, sendo que a possibilidade legal do art. 43, § 3º da Lei 8.666/93 diz respeito exclusivamente a**

² Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

esclarecimento ou complementação de documentos e/ou informações, e não de suprimento no caso de não apresentação pela licitante.

19. Ora, além de inaplicável no caso em análise, a possibilidade citada sempre deve ser utilizada com proporcionalidade, razoabilidade e sobretudo com observância à isonomia entre as licitantes, não podendo a administração suprir documentação de determinado licitante em detrimento dos demais, que levantaram e instruíram adequadamente seus envelopes de habilitação.

20. Em relação ao Cartão CNPJ, **fato é que este documento não é suprido pelo CRC ou credenciamento**, por se tratarem de fases distintas tanto no aspecto temporal e documental, quanto em relação ao objetivo de cada uma.

21. Quanto à certidão de regularidade fiscal municipal, **não há como atribuir à administração pública contratante a responsabilidade por providenciar o levantamento e emissão de certidão da licitante por meio de acesso aos procedimentos do Município no qual a interessada está situada.**

22. **Cabia única e exclusivamente à Recorrente o dever de juntar todos os documentos relativos à sua situação de regularidade fiscal, especialmente considerando a particularidade do Município de Belo Horizonte em possuir pluralidade de documentos para diversas finalidades, quais sejam: (i) certidão de regularidade fiscal; (ii) documento auxiliar de quitação plena pessoa jurídica; e (iii) confirmação de autenticidade da certidão de quitação plena pessoa jurídica.**

23. No caso, o Edital exigiu expressamente a certidão de regularidade fiscal, a qual não foi apresentada pela Recorrente! Todo o esforço expendido pela Recorrente para detalhar a existência dos dois documentos e o procedimento para se obtê-los por meio da internet, função que tenta atribuir a esta Comissão Permanente de Licitação, não seria necessário com a mera apresentação dos documentos no envelope de habilitação.

24. Ressalta-se: **não é obrigação da administração pública realizar diligências durante a fase de habilitação, notadamente em Municípios com as citadas particularidades, para suprir deficiência documental de determinada licitante.** Certamente, se assim procedesse, além de não ser razoável, estaria esta CPL ferindo a isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório.

25. Neste sentido, a jurisprudência do TJ/MG consagra a vinculação ao instrumento convocatório, de modo que é imprescindível o conhecimento e cumprimento de todos os seus termos:

EMENTA: APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - INOBSERVÂNCIA DAS PREVISÕES EDITALÍCIAS - SEGURANÇA DENEGADA. Considerando que o procedimento licitatório orienta-se pelo princípio da vinculação ao edital, as normas ali determinadas devem ser observadas estritamente pelo candidato, sendo certo que a apresentação de documento em dissonância com a previsão editalícia não confere ao candidato a habilitação solicitada. (TJMG - Apelação Cível 1.0209.17.008406-2/002, Relator(a): Des.(a) Luzia Divina de Paula Peixôto, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 21/10/2021, publicação da súmula em 22/10/2021)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO EDITAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DO IMPETRANTE - LEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO.

Os atos administrativos possuem como característica a presunção de veracidade e legitimidade. Cabendo a quem argui ilegalidades, comprovar suas alegações.

Não comprovado pelo impetrante que apresentou todos os documentos previstos no edital de licitação para fins de habilitação, não há que se falar em ilegalidade do ato que o desclassificou na primeira fase do processo licitatório. Revelando-se como adequada a sentença que denegou a sentença, devendo ser mantida. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.002628-6/001, Relator(a): Des.(a) Carlos Roberto de Faria, 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/11/2020, publicação da súmula em 10/11/2020)

26. Diante do exposto, verifica-se que foi acertada a decisão desta CPL no sentido de inabilitar a licitante JACQUELINE DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, uma vez que não apresentou, para fins de habilitação, Cartão CNPJ e Certidão de Regularidade Fiscal Municipal, razão pela a improcedência do recurso apresentado é medida que se impõe.

III. VEDAÇÃO LEGAL DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE ENQUANTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA ATUAR COMO EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA FISCAL - AUSÊNCIA DE COMPATIBILIDADE DO OBJETO SOCIAL E CNAE DA RECORRENTE COM O OBJETO DO PRESENTE CERTAME. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO AINDA QUE SE CONSIDERASSE SUPRIDA A DEFICIÊNCIA DOCUMENTAL CONSTATADA.

27. Como visto, o presente processo licitatório visa a contratação de **“EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA”** de acordo com as demandas da Secretaria Municipal Fazenda **incluindo acompanhamento, apuração e impugnação do VAF** com a promoção de medidas visando a elevação do índice de participação do Município de Presidente Olegário nas receitas do Estado.

28. Ocorre que a Recorrente, **na qualidade de sociedade simples de advogados, se limita a prestar SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**, conforme atesta seu contrato social:

2.Objeto

A sociedade tem como objeto a Prestação de Serviços Advocatícios em Direito Público, Tributário, Previdenciário, Eleitoral e demais áreas do direito.

29. Como se sabe, serviços jurídicos de advocacia englobam apenas a **consultoria e orientação jurídica, patrocínio de processos e causas, emissão de pareceres e opiniões legais**. É exatamente nesse sentido o art. 1º da Lei Federal nº 8.904/94 (Estatuto da OAB):

Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

30. No caso, além dos serviços de consultoria e assessoria relacionada ao Direito Tributário, é imprescindível que a prestadora a ser contratada esteja apta a prestar serviços de **auditoria e apuração fiscal, incluindo o acompanhamento, apuração e impugnação do VAF bem como levantamento e apuração da base de cálculo do ITR (Imposto Territorial Rural)**, para os quais não é suficiente ter apenas advogados no corpo técnico da prestadora.

31. Além de ser insuficiente, o exercício de atividade estranha à advocacia violaria o próprio Estatuto de Ética da OAB (Lei nº 8.906/1994):

Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem

denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar. (Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016)

32. Ou seja, **de modo algum a Recorrente, enquanto sociedade de advogados, poderia prestar os serviços de natureza empresarial, voltados para consultoria e auditoria fiscal e tributária, objeto desta licitação, não sendo permitido que uma sociedade de advogados desempenhe atividade empresária de auditoria e apuração fiscal, tendo em vista que tais atividades devem ser prestadas por empresa composta por equipe multidisciplinar, o que é inviável em uma sociedade de advogados.**

33. Dessa forma, a participação desta licitante no presente processo licitatório viola expressamente o item 5 e 6.1 das Condições Gerais de Participação, uma vez que o ramo de atividade é incompatível com a integralidade dos serviços licitados:

5. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6. Não poderão participar desta licitação:

6.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Processo Licitatório.

34. Neste sentido, inclusive, já se pronunciou o e. Superior Tribunal de Justiça ao consignar em decisão que sociedade de advogados não possui capacidade técnica necessária para prestar serviços fiscais e contábeis:

Cuidam os autos de ação civil pública declaratória de nulidade de ato jurídico cumulada com condenação por atos de improbidade administrativa ajuizada em face de Fernando José Pinto, Pedro Paulo Pinto, José Donizetti Gonçalves, Advocacia Donizetti S/C e Município de Delfinópolis, requerendo a declaração de nulidade dos contratos nº 019/2003 e nº 044/2003, celebrados entre o Município e o quarto réu, além da condenação dos quatro primeiros requeridos nas sanções previstas no art. 12 da Lei 8.429/92, inclusive o ressarcimento dos danos causados ao erário. (...) Ora, diante de tais fatos, torna-se indene de dúvidas a existência de má-fé dos contratantes quando celebraram os contratos nº 019/2003 e nº 044/2003, pois o Município de Delfinópolis acabou por licitar em separado os serviços referentes à majoração dos repasses do ICMS, mas contratou o mesmo escritório que anteriormente lhe assessorava e por quantia muito superior à dotação orçamentária específica. [...]

Todavia, se é verdade que a necessidade de especialização dos serviços advocatícios justificou o desmembramento dos contratos, não se mostra razoável que a mesma sociedade de advogados seja a vencedora das duas licitações. Não se justifica sequer sua participação no último certame, visto que o escritório já era contratado pelo Município para prestação de serviços gerais, com a exclusão da matéria relativa ao VAF, do que se presume não ter capacidade técnica necessária para este objeto.

(STJ - EDcl no REsp: 1666533 MG 2017/0069516-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Publicação: DJ 22/11/2017)

35. É dizer: **eventual contratação da Licitante, como sociedade de advogados, para prestar serviços de natureza empresarial de auditoria fiscal, configuraria flagrante irregularidade e ilegalidade na contratação, passível de coibição administrativa e judicial.**

IV. CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, requer:

- a. Seja mantida a decisão proferida pela II. CPL, para inabilitar a licitante **JACQUELINE DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOGADO, uma vez que não foram apresentados, para fins de habilitação, comprovante de inscrição no CNPJ e Certidão de regularidade fiscal perante o Município no qual está sediada; e**
- b. Na remota hipótese de se entender por suprida tal documentação, **requer seja inabilitada por incompatibilidade de seu ramo de atividade (sociedade de advogados) com os serviços licitados (atividade empresarial de apuração e auditoria fiscal), nos termos do item 5 e 6.1 das Condições Gerais de Participação.**

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

De Uberlândia/MG para Presidente Olegário/MG, 1º de julho de 2022.



Rosiris Paula Cerizze Vogas

OAB/MG 96.702

rosiris.cerizze@certaconsultoria.com